

Texto 01

PARÁBOLA DO LÁPIS

No princípio o fazedor de lápis falou ao lápis dizendo:

- Precisas saber cinco coisas antes que eu te mande ao mundo. Lembre-as sempre e tornar-te-ás no melhor lápis que podes ser.

PRIMEIRO

Serás capaz de fazer grandes coisas, mas apenas se permitires ser seguro pelas mãos de alguém.

SEGUNDO

De tempos em tempos experimentarás cortes doloridos, mas isto é necessário para que te tornes um lápis melhor.

TERCEIRO

Tens a habilidade para corrigir qualquer erro que possas cometer.

QUARTO

O mais importante em ti será sempre o que está dentro.

QUINTO

Tens de continuar escrevendo em qualquer condição. Deves sempre deixar uma marca clara e legível, não importa o quão difícil seja a situação.

O lápis compreendeu, prometendo lembrar, e foi para a caixa ciente do desejo do seu criador.

Agora substituindo o lugar do lápis por ti; lembre-as sempre e nunca te esqueças, e tornar-te-ás a melhor pessoa que podes ser.

1 -Serás capaz de grandes coisas, mas somente se permitires ser sustentado pelas mãos de Deus, e deixar que outros se aproximem para partilhar dos muitos dons que tens.

2 -De tempos em tempos experimentarás sofrimentos profundos, ao enfrentar os vários problemas, mas isto te será necessário para te tornares uma pessoa forte.

3- Serás capaz de corrigir erros que talvez cometas, e mesmo crescer com eles.

4- O mais importante será sempre o que está dentro de ti.

5 - Por onde andares, tens de deixar tuas marcas. Não importa a situação, deves continuar servindo a Deus em tudo.

Todo mundo é como um lápis... Feito pelo Criador com um propósito único e especial.

Compreender e lembrar permite-nos continuar a vida com significado no coração e na relação diária com Deus.

FOSTE FEITO PARA REALIZAR GRANDES COISAS!!

Disponível em: <<http://www.doalto.com.br/ajudadoalto/paraboladolapis.htm>>

01- Assinale o que estiver **incorreto** em relação ao texto 01.

- a) O texto traz uma comparação entre uma pessoa e um lápis.
- b) Em ambos, no lápis e no indivíduo, o importante é o que está dentro.
- c) Os sofrimentos que o lápis eventualmente sofrerá no decorrer da vida não serão tão profundos quando os que uma pessoa sofrerá.
- d) Tanto o lápis quanto uma pessoa, de acordo com o texto, deverão lembrar-se de cinco coisas.
- e) Quando se refere apenas a lápis, o autor menciona que os cortes que o lápis sofrer o tornarão melhor.

02- A palavra *Parábola*, que faz parte do título do texto, pode ser entendida como:

- a) [Geometria] Curva plana cujos pontos distam igualmente de um ponto fixo (foco) e de uma recta fixa (diretriz).
- b) Conversa fiada; de botequim.
- c) Pequena narrativa baseada em experiência única e pessoal.
- d) Peça de teatro de apenas dois atos.
- e) Narração alegórica que envolve algum preceito de moral, alguma verdade importante.

Cargo: Contador

03- Com relação às regras de regência da Língua Portuguesa, assinale o que for **incorreto**.

- a) Prefiro mil vezes o guaraná à coca.
- b) Lembre-se das coisas importantes, meu filho!
- c) Lembre as coisas importantes, meu filho!.
- d) Pague suas contas sempre em dia!
- e) João namorava Maria há anos!

04- Sobre as regras de concordância, assinale o que estiver **incorreto**.

- a) Encontraram os quartos e a sala vazios.
- b) Chegou atrasado o pai e o filho.
- c) Chegaram atrasados o pai e o filho.
- d) Ainda são meio-dia e meio.
- e) Houve muitas guerras no século XX.

05- Assinale a única alternativa em que o(s) termo(s) destacado(s) foi(ram) classificado(s) de acordo com a gramática da Língua Portuguesa.

- a) Tens a habilidade para corrigir qualquer erro que possas cometer (Objeto direto).
- b) Tens a habilidade para corrigir qualquer erro que possas cometer (Objeto direto).
- c) Por onde andares, tens de deixar tuas marcas. Não importa a situação, deves continuar servindo a Deus em tudo (predicativo do sujeito).
- d) No princípio o fazedor de lápis falou ao lápis dizendo:... (sujeito simples).
- e) No princípio o fazedor de lápis falou ao lápis dizendo:... (sujeito simples).

06- Assinale a única alternativa em que os termos sublinhados constituem uma oração subordinada substantiva subjetiva.

- a) Sempre é importante que estudemos muito.
- b) Quando Genaro chegou, os olhos de Laura se iluminaram.
- c) O quadro que foi roubado estava no museu há séculos.
- d) O importante é que estudemos muito.
- e) Embora soubesse a verdade, calou-se.

07- Assinale a alternativa que apresenta apenas orações coordenadas.

- a) Pedro veio a pé do cinema.
- b) Ele chegou, olhou a cena do crime, fez anotações e saiu assim que terminou.
- c) Ele sempre diz que vai fazer isso.
- d) Corre que corre e nunca chega.
- e) Como seres humanos que somos: assim caminha a humanidade.

08- Há palavras grafadas incorretamente em todas as alternativas, exceto em:

- a) Ombridade, tatatopraxia e melão.
- b) Paçoca, moçarela e quiabo.
- c) Passoca, gengibre e cural.
- d) Curau, mussarela e jergelim.
- e) Gergelim, largatixa e criolina.

09- Não há erro de acentuação apenas na alternativa:

- a) Brióche, biquini e lérdo.
- b) Bávaro, íbero e catamarã.
- c) Anátema, sistema e plâncton.
- d) Biquíni, acefalo e trivial.
- e) Bálsamo, Brasilândia e quíbe.

Cargo: Contador

10- De acordo com as novas regras ortográficas, só não devem receber acento as palavras da alternativa (atenção: os acentos foram omitidos propositadamente).

- a) Idelogico, pasteis.
- b) Ideia, baiuca.
- c) Itauna, jilo.
- d) Chale, ion.
- e) Anion, hifen.

Informática

11- Assinale abaixo a alternativa que corresponde a exemplificação de hardware.

- a) O termo hardware é designado para definir um processador de alta performance como por exemplo Core i7 da Intel.
- b) Hardware é um termo designado somente para dispositivos de multimídia.
- c) Um hardware é um dispositivo físico do computador interno ou externo, como por exemplo um processador.
- d) Todo sistema operacional também é definido como um hardware do computador.
- e) Somente as memórias internas recebem a classificação de hardware por definição.

12- Marque a alternativa abaixo que contenha a definição do BIOS - Basic Input/Output System (Sistema Básico de Entrada/Saída).

- a) O BIOS é um sistema gravado permanentemente para configurações e verificações do hardware.
- b) O BIOS é um sistema gravado permanentemente na memória RAM para verificação do hardware e software instalado no computador.
- c) O BIOS é um programa de gerenciamento do hardware instalado no processador.
- d) O BIOS é um programa de gerenciamento do software instalado no processador.
- e) O BIOS é um programa de gerenciamento de hardware e software que se instala no HD permanentemente.

13- Marque a alternativa abaixo que corresponde a equivalência de 1000 ou 1024 kilobytes (KB).

- a) 1 TB
- b) 1 MB
- c) 1 GB
- d) 1 KB
- e) 2 KB

14- Selecione a alternativa correta conforme a seguinte definição “Memória de Acesso Aleatório”

- a) Memória virtual do HD, que armazena os dados permanentemente.
- b) Memória de gravação permanente original de fabrica, armazenada no BIOS.
- c) Memória ROM, armazena dados enquanto já alimentação por meio de energia elétrica.
- d) Armazena dados enquanto há alimentação por meio de energia elétrica, também chamada de memória RAM.
- e) Memória de armazenamento superior a 1 Gigabyte.

15- Marque conforme as alternativas abaixo um dispositivo de entrada e outro que corresponda à saída de dados.

- a) teclado e webcam
- b) monitor e impressora
- c) joystick e teclado
- d) mouse e monitor
- e) joystick e mouse

Cargo: Contador

16- Um sistema operacional é capaz de gerenciar hardware e software, além de interagir com o usuário.

Marque abaixo a alternativa que corresponde a dois tipos de Sistemas Operacionais.

- a) Windows XP e Windows Explorer
- b) Windows 7 e Windows Explorer
- c) Windows Vista e Ubuntu – Linux
- d) Windows Vista e Internet Explorer
- e) Windows Explorer e Ubuntu - Linux

17- Marque abaixo qual a alternativa que representa a extensão de um programa executável no Windows XP e superiores.

- a) .exe
- b) .xlsx
- c) .xml
- d) .cdr
- e) .msn

18- O MS – Word é um editor de texto que compreende o pacote office do Windows XP. Marque abaixo qual a função executada pelo com o comando de teclas CTRL + O.

- a) Fecha um documento
- b) Fecha o Editor de Texto
- c) Abre um documento existente
- d) Abre um novo documento
- e) Seleciona um texto

19- Na internet o termo UPLOAD é designado para:

- a) Enviar um arquivo para um local na internet, como por exemplo um disco virtual.
- b) Baixar um arquivo de um servidor ou disco virtual.
- c) Compactar um arquivo
- d) Enviar uma mensagem instantânea
- e) Carregar uma página da web no navegador

20- Marque a baixo a alternativa que corresponde a um dispositivo (hardware) de redes de computadores que permite o compartilhamento de recursos.

- a) Winzip
- b) USP
- c) HUB
- d) NetBios
- e) RJ45

Conhecimentos Específicos

21 – Considerando a previsão e arrecadação da Receita Pública, evidenciada na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), assinale a alternativa correta:

A - Reestimativa de receita por parte do Poder judiciário só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal;

B - O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas correntes constantes do projeto de lei orçamentária;

C - O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo sessenta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente;

D - As receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas quadrimestrais de arrecadação;

Cargo: Contador

E - As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos.

22 - Considerando a Despesa Pública, evidenciada na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), assinale a alternativa incorreta:

A - as despesas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas quadrimestrais, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como da evolução do montante dos débitos tributários passíveis de cobrança administrativa;

B - Considera-se adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

C - Considera-se compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições;

D - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

E - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios;

23 - Sobre a Lei Complementar 101/2000 assinale o que for correto:

a) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

b) As disposições legais desta Lei Complementar obrigam a União e o Distrito Federal, já os Estados e os Municípios não são abordados por essa Lei.

c) Empresa estatal dependente: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município.

d) Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias somente os resultados nominal.

e) A lei de diretrizes orçamentárias não irá abordar em sua redação equilíbrio entre receitas e despesas.

24 - A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida determinados pela Constituição Federal e evidenciados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). Assinale a alternativa correta:

A - União: 60% (sessenta por cento);

B - Estados: 50% (cinquenta por cento);

C - Municípios: 54% (cinquenta e quatro por cento).

D - Estados: 56% (cinquenta e seis por cento);

E - Municípios: 60% (sessenta por cento).

25 - Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, ao Poder ou órgão referido que houver incorrido no excesso ficam vedados alguns atos, exceto:

A - Criação de cargo, emprego ou função;

B - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

C - Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

Cargo: Contador

D - Facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária;

E - Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título e sem exceções.

26 - Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro. Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido sofrerá algumas restrições.

Assinale a alternativa que contemple adequadamente restrição ao Ente Público que incorrer na situação mencionada acima:

A - Poderá realizar operação de crédito apenas interna, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;

B - Obterá resultado nominal necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho;

C - Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado;

D - As restrições aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo;

E - O Ministério da Fazenda divulgará, anualmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária;

27 – De acordo com a Lei 8.666/93, assinale a alternativa que corresponda à definição de Empreitada por Preço Global, quando da contratação de serviços de terceiros pelo Ente Público:

A - Quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

B - Quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

C - Quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

D - Quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação;

E – Quando a obra ou serviço é feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios;

28 – As obras e serviços financiados pelo Ente Público somente poderão ser licitadas quando:

A - Houver projeto executivo aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

B - Existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

C - Houver previsão de recursos financeiros que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício em curso;

D - Incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução;

E – O objeto incluir bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas;

29 - Nos moldes da Lei 8.666/93 Tomada de Preços:

A- é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

B- é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

C - é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente

Cargo: Contador

especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

D - é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

E - é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

30 - Com base no artigo 24 da Lei 8.666/93 é dispensável a licitação, exceto:

A nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

B quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

C para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes

D para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

E na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;

31 - A Lei 8.666/93 estabelece que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através do sistema de Registro de Preços. Diante desta sentença, podemos afirmar:

A - O registro de preços independe de pesquisa de mercado;

B - Os preços registrados serão publicados bimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial;

C - O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as condições de seleção feita mediante credenciamento e validade superior a um ano;

D - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições;

E - O sistema de controle originado no quadro geral de preços deverá ser sempre informatizado;

32 - É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto:

A - Convite;

B - Concurso;

C - Tomada de Preços;

D - Concorrência;

E - Leilão;

33 - A Lei 8.666/93 estabelece algumas hipóteses para que a licitação seja dispensável. Assinale a alternativa que não pertença ao conjunto de hipóteses preestabelecidas:

A - Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

B - Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

C - Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;

Cargo: Contador

D - Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

E - Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação;

34 - De acordo com a Lei 4.320/64. Acompanharão a Lei de Orçamento, exceto:

A - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

B - Quadros demonstrativos da despesa;

C - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

D - Planos de aplicação dos fundos especiais;

E - Quadro demonstrativo de operações de crédito por antecipação da receita;

35- Quanto a Lei do Orçamento, é correto afirmar:

A - Poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos especiais até determinada importância;

B - Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura;

C - Conterá autorização ao Executivo para realizar em determinado mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita;

D - O produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na despesa quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo;

E - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita de forma a não evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo;

36 - Assinale a alternativa que contenha apenas Despesas de Capital:

A - Pessoa Civil, Pessoal Militar, Material de Consumo, Serviços de Terceiros;

B - Aquisição de imóveis, Obras públicas, Material permanente, Subvenções sociais;

C - Amortização da dívida pública, Equipamentos e instalações, Obras públicas, Inversões financeiras;

D - Pessoa Civil, Pessoal Militar, Aquisição de imóveis, Encargos diversos;

E - Material de Consumo, Serviços de Terceiros, Constituição de Fundos Rotativos, Concessão de Empréstimos;

37 - Sobre as espécies de renúncia de receita, tem-se a “Anistia” como sendo:

A - o perdão da dívida, que se dá em determinadas circunstâncias previstas na lei, tais como valor diminuto da dívida, situação difícil que torna impossível ao sujeito passivo solver o débito;

B - Representa o montante do imposto cobrado na operação anterior e objetiva neutralizar o efeito de recuperação dos impostos não cumulativos, pelo qual o Estado se apropria do valor nas etapas subsequentes da circulação da mercadoria;

C - É o perdão da multa, que visa excluir o crédito tributário na parte relativa à multa aplicada pelo sujeito ativo ao sujeito passivo, por infrações cometidas por este anteriormente à vigência da lei que a concedeu, não abrange o crédito tributário já em cobrança, em débito para com a Fazenda, cuja incidência também já havia ocorrido;

D - É a espécie mais usual de renúncia e define-se como a dispensa legal, pelo Estado, do débito tributário devido;

E - A modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou Contribuições, é o incentivo fiscal por meio do qual a lei modifica para menos sua base tributável pela exclusão de quaisquer de seus elementos constitutivos;

Cargo: Contador

38 - Na verificação do atendimento dos limites de despesas com pessoal da administração pública, não serão computadas as despesas:

- A - Somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os Pensionistas;
- B - De indenização por demissão de servidores ou empregados e relativas a incentivos à demissão voluntária;
- C - Relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios e proventos da aposentadoria;
- D - Gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza;
- E - Encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

39 - Tipo de Lançamento tributário que ocorre quando, aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa:

- A - Lançamento de Ofício;
- B - Lançamento por Declaração;
- C - Lançamento de Direito;
- D - Lançamento por Homologação;
- E - Lançamento Privativo;

40 - Assinale a alternativa que contenha apenas exemplos de Tributos Federais:

- A - ICMS, IPTU, ITBI;
- B - ICMS, IPVA, ITCMD;
- C - IPI, IR, ITCMD;
- D - IOF, ITR, IPI;
- E - ICMS, IPVA, ITR;

41 - Considerando a Obrigação Tributária assinale a alternativa incorreta:

- A - A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente;
- B - A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária;
- C - Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência;
- D - Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal;
- E - A obrigação acessória decorrente da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos;

42 - Quanto a Despesa Pública é incorreto afirmar:

- A - O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos;
- B - O pagamento de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição;
- C - É vedado aos Municípios, no último mês de mandato, assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito;
- D - O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação;
- E - A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade;

43 - O _____ demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

- A - Balanço Orçamentário;
- B - Balanço Patrimonial;

Cargo: Contador

C – Ativo Financeiro;

D – Saldo Patrimonial;

E – Balanço Financeiro;

44 - Considerando os estágios da Despesa Pública, assinale a alternativa correta:

A - A liquidação da despesa é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga;

B - O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados e em casos excepcionais, por meio de adiantamento;

C - A nota de empenho da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito;

D - É permitido o empenho estimativo de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento;

E - Será ordinário o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar;

45 - Para que haja o controle da execução orçamentária dos órgãos públicos, a Lei 4.320/64 estabelece diversos parâmetros a serem respeitados. Assinale a alternativa que não pertença a essa parametrização:

A - O controle da execução orçamentária, pelo Poder Executivo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento;

B - O Poder Executivo, anualmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios;

C - As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Legislativo, com Parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente;

D - Quando, no Município não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer;

E - A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subseqüente;

46 - _____ evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados:

A - Tesouraria;

B - Contabilidade;

C - Controle interno;

D - Poder Legislativo;

E - Controle externo;

47 - Assinale a alternativa correta quanto à Dívida Fundada evidenciada na Lei 4.320/64:

A - Compreende os compromissos de exigibilidade inferior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos;

B - Será escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros;

C - Compreenderá os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

D - Compreende os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria;

E - O registro da dívida fundada far-se-á por exercício e por credor distinguindo-se as despesas processadas das não processadas;

48 - Considerando apenas a Contabilidade Pública, o Ativo Financeiro compreenderá:

A - Bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa;

B - As dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária;

C - As dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate;

Cargo: Contador

D - Os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários;

E - As variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie;

49 - Faz parte das funções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme determina sua Lei orgânica, exceto:

- a) Apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, sendo que as contas apresentadas pelo Governador do Estado é de competência do Tribunal de Contas Federal;
- b) Julgar as contas dos chefes dos órgãos do Poder Legislativo estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público e deste Tribunal;
- c) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;
- d) Homologar os cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios, dando ciência à Assembléia Legislativa;
- e) Decidir sobre a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receita, no julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete.

50 - Sobre jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. A jurisdição abrange:

- I. Qualquer pessoa física, órgão ou entidade a que se refere o inciso III, do art. 1º., desta lei, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou o Município responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária;
- II. Aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;
- III. Os dirigentes ou liquidantes das empresas encampadas ou sob intervenção ou que de qualquer modo venham a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado ou Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal.

Assinale o que for correto:

- a) Somente a questão I está correta;
- b) Somente a questão II está correta;
- c) Somente a questão III está correta;
- d) Somente as questões II e III estão incorretas;
- e) Todas as questões estão corretas.